



ESTUDOS DA LINGUAGEM

ISSN: 1517-7238

Vol. 11 nº 20

1º Sem. 2010

p. 167-188

**A EXPRESSIVIDADE
ENUNCIATIVA DO
ADJETIVO NO
GÊNERO TEXTUAL
DISSERTATIVO-
ARGUMENTATIVO**

RIBEIRO, Simone Beatriz Cordeiro¹
von BORSTEL, Clarice Nadir²

¹ Professora Mestre pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras – Unioeste – Campus de Cascavel. E-mail: simonebcr@yahoo.com.br.

² Professora Doutora do Curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras – Unioeste. E-mail: cborstel@sigha.com.br.

RESUMO: Neste texto, apresentam-se estudos sobre o adjetivo e a sua expressividade enunciativa no gênero textual *dissertativo-argumentativo*. De acordo com a forma singular como Callou e Serra (2003a, 2003b) descrevem suas descobertas sobre a expressividade enunciativa do adjetivo, ou seja, essa expressividade depende da ordem que o adjetivo ocupa em relação ao substantivo, podendo apresentar alteração de sentido em torno de três modalidades: a primeira com relação à posição livre do adjetivo com alteração de sentido, a segunda quanto à posição obrigatória do adjetivo e a terceira com relação à posição livre do adjetivo sem alteração de sentido. Demonstra-se, assim, que não é em todos os casos que se pode verificar a diversidade semântica e pragmática do adjetivo nos enunciados. Faz-se também uma reflexão sobre expressões enunciativas do uso do adjetivo em contextos discursivos, visando a verificar se as suposições de Sales (2006), sobre a influência do gênero textual na ordem do adjetivo, são pertinentes e se são aplicáveis a este estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Adjetivo, Expressividade enunciativa, Gênero textual dissertativo-argumentativo.

ABSTRACT: In this paper, we present studies about the adjective and its enunciative expressivity in the argumentative-dissertation text genre. According to the singular form that Callou and Serra (2003a, 2003b) describe their studies about the enunciative expressivity of the adjective, this depends on the order of the adjective in relation to the noun; this order may result in change of meaning in three ways: the first, the free position of the adjective with change of meaning; the second, the mandatory position of the adjective; and, the third, the free position of the adjective without change of meaning. It is not all the cases that can be checked about semantics and pragmatics variation of the adjective in the sentence. We make even a reflection about the enunciative expressions involving adjective use in discursive contexts in order to verify if are relevant and applicable to this study the assumptions of Sales (2006) about the influence of the textual genre in the order of the adjective.

KEYWORDS: Adjective, Enunciative expressiveness, Argumentative-dissertation text genre.

1 INTRODUÇÃO

O uso da linguagem é inesgotável quanto à forma gramatical em suas diversas e variadas esferas, resultado da heterogeneidade e da complexidade de usos linguísticos. À medida que essas atividades vão se ampliando e se modificando, esses usos linguísticos vão se diversificando.

Por conseguinte, descreve-se a questão sobre o adjetivo e sua expressividade enunciativa no gênero textual dissertativo-

argumentativo da Redação de Vestibular, pertencente à esfera escolar. Mais especificamente, as atenções estão voltadas para a prova de redação proposta pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, em 2008.

Esta pesquisa emerge da observação de que, nessa instituição, redação é uma prova obrigatória e eliminatória no processo seletivo do vestibular, conforme dispõe a Portaria 2.941/2001-CEPE/Unioeste. Assim, todos aqueles que pretendem ingressar em um curso dessa universidade, necessariamente, devem produzir um texto conforme uma das propostas apresentadas no vestibular. Somado a isso, observou-se que os discentes têm dificuldades no que tange ao domínio linguístico – principalmente na forma escrita, não conseguindo, na maioria das vezes, elaborar um texto satisfatório quanto à norma padrão de escrita institucionalizada definida pela gramática normativa, tampouco adequado à tipologia textual e à forma textual solicitadas. Essas observações levaram à proposição desta investigação, que visa a analisar e elaborar uma descrição do uso do adjetivo em redações de vestibular.

Para realizar a tarefa, nesta reflexão verificou-se, em um *corpus* de dezenove (19) redações – que atendem à proposta de produção de um texto dissertativo/argumentativo – a ordem do adjetivo em relação ao substantivo e a sua expressividade enunciativa, uma vez que, conforme estudiosos como Callou e Serra (2003a, 2003b), Barros (1985), Neves (2000) e Cunha e Cintra (1999). Em resumo, eles apresentam e retomam a forma de utilizar o adjetivo, indicando que, quando ele está posposto ao substantivo, então apresenta valor mais objetivo e, quando está anteposto, tem valor mais subjetivo. Salienta-se, contudo, que essas suposições são apenas possíveis de visualização em contextos definidos como de *posição livre do adjetivo, mas com alteração de sentido*.

Assim, o estudo aqui apresentado se pauta em três possibilidades de análise. A primeira possibilidade consiste na posição livre do adjetivo *com alteração de sentido* – assim, se o adjetivo está posposto, ele tem um valor, e, se está

anteposto, tem outro valor semântico. A segunda possibilidade ocorre com relação à posição livre *sem* alteração de sentido – situação em que, independentemente de o adjetivo estar antes ou depois do substantivo, o seu valor não é alterado. E a terceira ocorre quando a posição é obrigatória e tem uso cristalizado – caso em que a posição do adjetivo depende de um contexto sociocultural definido historicamente, isto é, sua posição vem a ser, obrigatoriamente, anteposta ou posposta.

De acordo com Sales (2006), o fator *gênero textual* contribui e influencia na ordem do adjetivo, pois cada gênero tem suas características próprias e predefinidas, sejam estruturais ou discursivas. Dessa forma, pode-se dizer que em um *conto* há a possibilidade de se verificar mais casos de adjetivos antepostos do que em um *artigo científico*, uma vez que o *conto* consiste em modalidade narrativa voltada a contextos literários – espaço em que há uma maior liberdade de usos linguísticos e estilísticos –, enquanto o *artigo científico* é mais argumentativo e de linguagem não ficcional.

A partir disso, a reflexão a ser desenvolvida visa a verificar, em textos dissertativos e argumentativos, elaborados em contexto de vestibulares – neste caso o Concurso Vestibular/2008 da Unioeste –, se há mudança de sentido em relação à posição que o adjetivo ocupa, bem como, se o gênero textual *dissertativo-argumentativo*, dado a sua natureza discursiva, apresenta um predomínio expressivo de posições adjetivas pospostas – considerando-se a influência do gênero textual.

2 AS DESCRIÇÕES LINGÜÍSTICAS SOBRE O USO DO ADJETIVO

Muito se tem discutido sobre a descrição de formas gramaticais do português proposta pelos compêndios da gramática normativa. A tradição de formas gramaticais do português é oriunda do pensamento greco-latino, podendo considerar que há uma tendência de estudos normativos e outra de estudos descritivos.

Dessa maneira, analisa-se como o adjetivo é apresentado ou descrito, considerando a divergência de conceitos apresentada por diferentes teóricos e o *status* discursivo dado ao adjetivo por cada linguista.

Assim, segundo Arnauld e Lancelot (1992), os adjetivos são elementos que existem apenas em relação com substantivos, deles dependentes. Já o contrário ocorre com os nomes, uma vez que subsistem por si mesmos. Essa afirmação pode ser verificada nas palavras dos dois autores:

Chamaram-se nome substantivo todos aqueles que subsistem por si mesmos no discurso, sem que tenham necessidade de um outro nome, ainda que signifiquem acidentes. E, ao contrário, foram chamados adjetivos mesmo aqueles que signifiquem substâncias, quando por sua maneira de significar devem estar junto aos outros nomes no discurso. (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 31).

Sendo assim, compreende-se que o adjetivo necessita de um substantivo para desempenhar a sua função de caracterizador, como destaca Basílio (1995, p. 190-191), quando atesta que “[...] o substantivo designa um indivíduo caracterizado através do significado do adjetivo; e o adjetivo apenas caracteriza o substantivo a que se refere”. E, a autora, acrescenta que os “[...] processos de formação de adjetivos servem ao propósito de formar predicadores ou elementos de atribuição de qualidades e propriedades a substantivos” (BASÍLIO, 2008, p. 53).

Não se pode, contudo, utilizar o adjetivo de qualquer maneira, pois é preciso que haja uma coerência e uma relação com o substantivo que se pretende qualificar. Cunha e Cintra (1999, p. 259 – grifos dos autores) salientam que, “quer para a *precisão* do enunciado, quer para sua *expressividade*, o adjetivo impõe-se como termo imprescindível, mas a exigir de quem dele se utilize cuidados especiais, principalmente bom senso e bom gosto”.

Observa-se, portanto, que é necessário desenvolver uma relação reflexiva entre os diferentes sentidos possíveis (lexical,

semântico e pragmático) advindos do uso do adjetivo em contextos discursivos, buscando deixar claro o sentido que se pretende expressar, evitando o que Barros (1985) denominou de situações ridículas e ou censuráveis.

Observa-se que um mau uso ou um excesso de adjetivação pode gerar nuances de significado e até situações indecorosas. Nas palavras de Barros (1985, p. 186), “[...] o adjetivo bem empregado dá realce à frase, tornando-a mais expressiva e mais fluente, o excesso de adjetivação ou a impropriedade no seu emprego são responsáveis por situações ridículas e até censuráveis”.

Não se trata, porém, apenas de definir o adjetivo mais adequado ao substantivo empregado, visto que existe, ainda, outra questão de utilização do adjetivo: a sua posição em relação ao nome. Segundo diferentes fontes de pesquisa (neste estudo foram referenciadas as gramáticas, os artigos e as dissertações de cunho científico), a posição do adjetivo em relação ao substantivo pode alterar o sentido pretendido pelo enunciador.

Como é mencionado por Lapa, citado por Callou e Serra, tem-se a seguinte referência quanto ao valor adquirido do uso do adjetivo: “quando o adjetivo está logo depois do substantivo, tende a conservar o valor próprio, objetivo, intelectual; quando está antes, tende a perder o próprio valor e adquirir um sentido afetivo” (LAPA, 1968 *apud* CALLOU; SERRA, 2003a, p. 191, grifos no original).

Em acréscimo a essa abordagem, mencionam-se as suposições de Cunha e Cintra a respeito da nuances de sentido dos adjetivos:

[...] sendo a sequência SUBSTANTIVO+ADJETIVO a predominante no enunciado lógico, deriva daí a noção de que o adjetivo posposto possui valor objetivo: noite *escura* dia *triste*, rapaz *bom*, campos *verdes*. [...] sendo a sequência ADJETIVO+SUBSTANTIVO provocada pela ênfase dada ao qualificativo, daí decorre a noção de que, anteposto, o adjetivo assume um valor subjetivo: *escura* noite, *triste* dia, *bom* rapaz, *verdes* campos. (CUNHA; CINTRA, 1999, p. 259-260, grifos dos autores).

Assim, as formas dadas demonstram que, quando o adjetivo está posposto ao substantivo, apresenta um sentido expressivo mais objetivo, como em “rapaz *bravo*” (furioso), e, quando está anteposto, pode apresentar valor subjetivo: “*bravo* rapaz” (corajoso).

Para Barros (1985, p. 186), quanto “à ordem do adjetivo nos sintagmas, a nossa língua oferece relativa liberdade. A escolha individual, condicionada à ênfase ou à entonação, é variável dentro de certos limites, mas em alguns casos há uma norma tradicional fixa”.

Em línguas como o inglês e o alemão, há uma ordem bem rígida para a colocação do adjetivo, sempre anteposto. Paschoal (2007, p. 147) destaca que, em “grego e em latim, assim como em algumas línguas neolatinas, a anteposição e a posposição são possíveis e geram nuances de significado”. Ainda, segundo Barros:

A extrema mobilidade do adjetivo proporciona ao redator variantes ou oposições de melhor valor. Enquanto em vários idiomas o adjetivo está preso a colocações fixas que lhe impedem qualquer mobilidade estilística, capando-lhe a expressividade, o adjetivo da língua portuguesa usufrui de tal liberdade de colocação que enriquece afortunadamente a expressão de riquíssimas variantes. (BARROS, 1985, p. 187).

Explicita-se a colocação de Barros (1985). Quando utiliza o item lexical “capando”, esse item pode ser compreendido pelo termo “tirando”, haja vista que o autor quis expressar que, ao privar o adjetivo da mobilidade estilística, se nega ou se proíbe a expressão de outro sentido. Ainda sobre a anteposição do adjetivo, esta “[...] ocorre quando se pretende realçar o substantivo, por meio de uma qualidade sobre a qual se quer chamar a atenção. É preferida com adjetivos que exprimem qualidades morais ou físicas, dignas de admiração ou de desprezo, normalmente em frases exclamativas” (BARROS, 1985, p. 187).

Câmara J. também discorre a respeito da posição posposta ao adjetivo e, conforme seus estudos, a anteposição

é decorrente “do enfraquecimento da função descritiva em proveito da reação afetiva que o predicado descrito pode carregar” (CAMARA JR, 1967, *apud* CAMARA JR, 2002, p. 87).

De acordo com Neves (2000, p. 201-202, grifo da autora), existem “restrições a determinadas colocações, e, além disso, ocorrem diferenças, em maior ou menor grau, nos resultados semânticos, em decorrência de diferenças da posição dos elementos nos *sintagmas nominais* que contêm adjetivos”. Essas afirmações postuladas por Neves (2000) também são encontradas em Mira Mateus *et alii* (1983) e em Callou *et alii* (2002), que estabelecem uma ordem livre, em que o adjetivo pode estar tanto antes como depois do substantivo, não alterando o sentido expressivo do adjetivo; uma ordem fixa, em que o adjetivo é obrigatoriamente posposto ou obrigatoriamente anteposto ao substantivo; e uma outra em que há uma ordem livre *com* alteração de sentido; assim, o sentido do adjetivo é alterado conforme a posição que ocupa, anteposta ou posposta.

Verificou-se, também, em estudos de Callou e Serra (2003a), que houve uma alteração posicional do adjetivo nos últimos quatro séculos. Segundo as autoras, nos primeiros séculos analisados, o predomínio da ordem do adjetivo era a anteposição, situação que acabou sofrendo uma inversão da ordem – para a posposição – nos séculos subsequentes, como se pode observar nas próprias palavras das autoras: “no século XVII, a anteposição apresenta peso relativo maior (.65) e vai decrescendo até atingir, no século XX, peso relativo (.36)” (CALLOU; SERRA, 2003a, p. 195).

Para Da Silva (2008, p. 138), a perda de espaço das anteposições para as posposições pode ser resultado do contexto, tendo em vista que “qualquer variação no emprego do adjetivo está vinculada à sua classe, ao tipo de discurso no qual se insere e ao efeito de sentido pretendido pelo autor”. Algo assim mencionaram Callou e Serra (2003b, p. 1) em seus estudos: “há uma motivação muito mais semântico-discursiva que estritamente sintática para a posição que os adjetivos

ocupam no SN". Também Sales (2006) apresenta, em seus estudos, uma estreita relação entre o sentido semântico e o gênero textual.

3 O CARÁTER DISCURSIVO DO GÊNERO TEXTUAL

Quando as pessoas procuram justificativas, preocupam-se e questionam determinados assuntos, ou, ainda, quando defendem pontos de vista, estão executando a ação de dissertar, gesto que é praticado cotidianamente. De acordo com Pavani e Köche (2006, p. 112), "os homens são praticantes e criadores dos gêneros, pois estes são fundamentais nas relações comunicativas [por eles] vivenciadas cotidianamente".

Dessa forma, compreende-se que dissertar não é apenas um ato praticado na redação do vestibular ou na escola básica, uma vez que a ação de defender o ponto de vista acontece, na maioria das vezes, na oralidade, modalidade em que a incidência dessa prática é mais frequente. É, contudo, na produção escrita que tem sua forma registrada e ali é posta a julgamentos, situação muito corriqueira em vestibulares, quando se necessita elaborar um texto, geralmente uma dissertação, tendo em vista que a Prova de Redação representa uma das avaliações necessárias à aprovação em diversos concursos, como no caso deste estudo, o concurso da Unioeste.

Tendo como base estudos discutidos sob as palavras-chave *dissertação* ou *texto argumentativo*, observa-se que esse gênero geralmente é constituído por meio de uma tese, a qual se desenvolve sobre um assunto, a partir de argumentos. A tese consiste na discussão de um ponto de vista a respeito do assunto escolhido. Para fazê-lo, precisa-se de dados e de fatos relevantes para exemplificar e desenvolver a discussão, que deve ser norteadas por argumentos que venham a comprovar e a reforçar as informações contidas na tese, uma vez que a principal característica desse tipo de texto é apresentar a opinião do autor. Nas palavras de Pavani e Köche:

A dissertação é baseada numa tese fundamentada num assunto específico, que possibilita a inclusão de novos dados, direcionando para uma conclusão ou uma nova tese. Essa sequência tipológica tem a função de fortificar uma opinião, utilizando o poder de convencimento, que é expresso por meio do expor, refletir, explicar, avaliar, entre outros, a fim de fazer com que o leitor tome uma determinada posição em relação ao tema. Pressupõe o pensamento lógico, o raciocínio, juntamente com a análise crítica do assunto. (PAVANI; KÖCHE, 2006, p. 114).

Como o texto do tipo dissertação “trabalha pura e simplesmente com as ideias e o pensamento” (PIMENTEL, 2008, p. 69), ordenar as ideias e relacioná-las, manter o raciocínio, provar sua tese, apresentar uma finalização bem fundamentada e argumentada são ações fundamentais para que uma produção textual seja bem organizada, tenha coerência e seja coesa. Salienta-se que uma argumentação eficaz e satisfatória é composta de provas e de raciocínios. Estes devem estar apoiados em princípios lógicos e consistentes, uma vez que as provas reforçam as argumentações e lhes dão credibilidade e discursividade na produção textual.

Nesse sentido, conforme analisa Sales (2006), a natureza semântica e a posição do adjetivo são estratégias argumentativas de que o escritor faz uso em seus textos a depender de suas intenções comunicativas. A autora ainda complementa que, no “[...] circuito discursivo, o enunciador procura construir sua *credibilidade* a partir de uma linguagem direta e objetiva. Para isso, nada mais coerente do que se utilizar também de adjetivos que caracterizam objetivamente o núcleo do sintagma nominal” (SALES, 2006, p. 138, grifo da autora). Ou seja, evita-se a subjetividade para adquirir *credibilidade*. Assim, muitas vezes, procura-se evitar também o uso do adjetivo anteposto, que estaria mais relacionado à sedução ao leitor, veiculando um valor afetivo ao enunciado discursivo.

A partir dessa reflexão, argumenta-se que o texto escrito por um vestibulando pode caracterizar um gênero *textual dissertativo-argumentativo*, quando a intenção do produtor é

utilizar recursos argumentativos que responda às suas intenções comunicativas e discursivas.

4 A EXPRESSIVIDADE ENUNCIATIVA DO ADJETIVO NO GÊNERO TEXTUAL

É relevante, para esta discussão a respeito da expressividade enunciativa do adjetivo, o estudo apresentado por Maingueneau (1996), que considera que é o espaço do texto que vai dar aval para as anteposições. É no contexto social e cultural que se podem encontrar os elementos semântico-pragmáticos que embasarão a explicação da unidade lexical do adjetivo utilizada no enunciado.

A abordagem sobre o texto de informação também se aplica a essa descrição do adjetivo, mesmo tratando-se de um *corpus* textual diferente, pois a distribuição de “adjetivos antepostos e pospostos, avaliativos e descritivos dependerá, mais uma vez, de pressões semânticas, pragmáticas, discursivas etc., e, por que não dizer, da sobrevivência no mundo comercial de hoje, atuando para realizações de uma ou outra variante” (CALLOU; SERRA, 2003b, p. 12). Ou, nas palavras de Da Silva (2008, p. 140, grifos do autor), dependerá da “interação entre *discurso* e *características sintático-semânticas* do adjetivo que predomina sua posição no sintagma”.

Dessa forma, será verificado, em alguns recortes de redações do Concurso Vestibular 2008 da Unioeste apresentados por Ribeiro (2010), se as possibilidades estabelecidas neste estudo se aplicam, e se são visíveis, nesses recortes, quanto à expressividade enunciativa, uma vez que o discurso escrito apresenta unidades lexicais que cotidianamente passam por acréscimos de sentidos, sejam semânticos ou pragmáticos, podendo, muitas vezes, apresentar sentidos diferentes para cada leitor ou escritor.

Assim, nesta discussão sobre a descrição e análise do adjetivo, destacam-se alguns usos de posição livre com alteração de sentido, quando os elementos destacados (A+S)

ou (S+A) correspondem, respectivamente, ao Adjetivo e ao Substantivo e à sua posição (A+S): adjetivo anteposto ao substantivo, e (S+A): adjetivo posposto ao substantivo.

(01) A escravidão, portanto, trata-se de um *antigo problema* (redação 1067/2008: linha 11) - (A+S);

(02) A escravidão no Brasil é um *problema antigo*, vem desde a sua colonização. [...]. (redação 1067/2008: linha 20) - (S+A);

A expressão *antigo problema* (01) - (A+S), refere-se a um problema *de longa data, há muito tempo ocorrido*, também pode remeter ao fato de ser um problema *determinado* que, quando mencionado, conduz a um *contexto específico*; já no recorte (02), tem sua ordem inversa (S+A) e sua expressividade enunciativa relativa a um problema *velho*, mas sem delimitação, podendo ser qualquer problema já ocorrido. Pode-se dizer que o léxico *antigo* ficaria mais expressivo se estivesse junto a um substantivo material, como nos exemplos: “olha o *carro antigo*” (velho), “olha um *antigo carro*” (de longa data, relíquia) ou, ainda, “olha o *antigo carro* do seu João” (anterior).

(03) Persiste não mais com suas *antigas características*, pois a ideologia que a sustentava foi suplantada (redação 1067/2008: linhas 12-13) - (A+S);

(04) [...] sustentando *antigas práticas* que não condizem com o chamado ‘mundo moderno’. (redação 1324/2008: linhas 03-04) - (A+S);

Nos recortes (03) e (04), pode-se considerar as mesmas suposições apresentadas para os recortes (01) e (02), e, ainda, acrescentar o sentido de *ultrapassadas* ao léxico *antigas* para a posição (A+S). Acresce-se ainda para os recortes (01), (03) e (04), que apresentam o adjetivo *antigo/a*, o sentido de *velho*, caso fossem invertidas as posições de (S+A) para (A+S), promovendo, a partir dessa prática, uma intensificação do

adjetivo anteposto.

Muller, Negrão e Nunes-Pemberton (2009, p. 16) analisam, em alguns recortes, o emprego do item lexical *antigo*: (Ia) “inclusive o *antigo procurador* parece que não era...”; (Ib) “já que evidentemente se tratava de um *edifício antigo... construído...*”. Para esses autores, em (Ia) “*antigo* não significa necessariamente *velho*, mas, sim, algo/alguém que ‘não é mais...’”, enquanto que, em (Ib), “*antigo* significa *velho*”.

Sobre o mesmo adjetivo *antigo*, Neves (2000, p. 198, grifos da autora) apresenta também uma análise. Conforme a autora, os adjetivos *antigo* e *novo* ocorrem somente após o nome quando: indicam idade, como em (IIa): “não existe mais nada do conceito *antigo* nos textos de hoje”; (IIb) “viajando pela estrada *nova*, cujo asfalto foi colocado na *véspera*”; em indicações técnico-científicas e ou denotativas em absoluto (IIc): “seu irmão mais *velho*”. Os adjetivos “indicadores de idade tornam-se *qualificadores* se, à noção de quantidade de tempo transcorrido, se somar uma avaliação sobre a idade”, como em: (IId) “Eu não acredito que exista algum livro *antigo* num raio de pelo menos três quilômetros”, e em: (IIe) “Queria ter algum indício *novo* sobre Lutércio”. Quando se trata de substituição no tempo, sempre aparecerá anteposto: do presente para o passado: (IIf) “O dono do cinema, que o comprou do *velho* dono”, e (IIg) “O *antigo* presidente”; do passado para o presente: (IIh) “conforme o acordo com o *novo* proprietário.”, e (III) “José Romualdo Bahia é o *novo* presidente da Associação”.

(05) Paradoxalmente, porém, a escravidão é um *novo problema* em solo brasileiro. (redação 1067/2008: linha 12) – (A+S);

(06) Ela também é um *problema novo*, pois, adaptou-se ao capitalismo. (redação 1067/2008: linhas 20-21) – (S+A);

Em *novo problema* (05), a posição (A+S) remete a um sentido expressivo referente ao vocábulo *outra*: a escravidão

consiste em *outro* problema dentre os demais problemas que existem no Brasil. Já na posição (S+A), recorte (06), pode apresentar uma expressividade enunciativa diferente, pois *novo* se referiria a um problema *recente*. Assim, apresenta-se a mesma possibilidade de interpretação aos enunciados abaixo:

(07) Agora ela se apresenta em *novas formas*. (redação 1067/2008: linha 14) - (A+S);

(08) Eis algumas, a título de exemplos, *formas novas* de escravidão. (redação 1067/2008: linha 17) - (S+A);

(09) [...] não será suficiente para acabar com a *nova escravidão*. (redação 1067/2008: linha 23) - (A+S);

(10) [...] procurar uma *nova colocação*. (redação 8.781/2008: linhas 14-15) - (A+S)

(11) Não aderiram à *nova lei* de imediato, [...]. (redação 9.062/2008: linha 03) - (A+S);

(12) [...] agora modernizado e com um *novo nome*: Trabalho escravo contemporâneo. (redação 9.062/2008: linha 05-06) - (A+S);

No recorte a seguir, tem-se a expressão *mundo justo*:

(13) Nema democracia nem o capitalismo cumpriram suas promessas de construir um *mundo justo* [...]. (redação 1067/2008: linhas 01-02) - (S+A);

A formação (S+A) desse adjetivo *justo* gera uma expressividade enunciativa que se refere a um mundo *correto*, e sua inversão para (A+S), nesse recorte, e, dentro do contexto dado, apenas enfatizaria o adjetivo. Porém, caso esse adjetivo estivesse caracterizando o substantivo *corsário*, por exemplo, em “o corsário *justo*”, nessa posição (S+A) teria o sentido de *apertado*, *colado* ao corpo; mas na posição (A+S), *justo* poderia se referir a *adequado*.

Como usos considerados cristalizados, destacam-se

algumas expressões que, caso tenham as posições de adjetivo e de substantivo invertidas, soam estranhas, inadequadas ou não aceitáveis:

(14) [...] nascido na *Revolução Francesa*. (redação 1067/2008: linhas 02-03 - (S+A)

(15) A diferença é que na Mesopotâmia e no *Período Colonial*, [...]. (redação 4.094/2008: linhas 04-05) - (S+A);

(16) Durante toda antiguidade e parte da *Idade Média* [...]. (redação 4.218/2008: linha 01) - (S+A);

(17) No alvorecer da *Idade Moderna* [...]. (redação 4.218/2008: linha 05 - (S+A);

(18) [...] condenados ao trabalho forçado na *América Colonial*. (redação 4.218/2008: linha 07) - (S+A);

(19) [...] no *Brasil Colonial*. (redação 9.062/2008: linhas 12) - (S+A);

(20) [...] As Nações *Imperialistas* utilizaram se da mão de obra escrava [...]. (redação 7.576/2008: linha 06) - (S+A).

A expressão *Revolução Francesa*, no recorte (14), retrata mais um caso de uso obrigatório no que tange à posição ocupada pelos itens envolvidos, uma vez que faz referência a um acontecimento histórico que demarcou a História da França. A mesma conceituação se aplica às expressões destacadas nos recortes (15) a (20) - *Período Colonial*, *Idade Média*, *Idade Moderna*, *América Colônia*, *Brasil Colonial* -, tendo em vista que todos esses itens lexicais representam processos e situações vividas pelos seus respectivos povos em um dado momento da história.

Sobre essa discussão, veja-se o que diz o Dicionário Aurélio sobre *Idade Média*, uma das expressões sob análise: “Período histórico da Europa, compreendido entre o começo do séc. V e meados do séc. XV, marcado esp. pelo feudalismo” (FERREIRA, 2004, p. 1065). A mesma interpretação pode ser

dada à expressão *Nações Imperialistas*, pois representa um momento do povo e sua história, como em *Nações Indígenas*

(21) [...] percebemos que imitar o gesto da *Princesa Isabel* não será suficiente para acabar com a nova escravidão. (redação 1.067/2008: linhas 22-23) – (S+SP);

(22) [...] após aproximadamente 388 anos de escravidão, detectou-se a *Lei Áurea* (redação 3.349/2008: linhas 04-05) – (S+A);

(23) Desde a *Lei Áurea* assinada pela *princesa Isabel* [...]. (redação 9.062/2008: linha 01) – (S+A e S+SP);

(24) [...] Caím assassina seu *Irmão Abel* por não aceitar a vitória do irmão.” (redação 6.320/2008: linhas 03-04) – (S+A).

Nos recortes (21) e (23), ocorre a formação de substantivo comum+substantivo próprio (*princesa Isabel*). Essa construção não possibilita uma inversão, uma vez que a pessoa que aboliu a escravidão no século XIX era denominada *princesa Isabel*, e não *Isabel princesa*. Caso fosse esta a forma estabelecida em meados de 1880, na atualidade, o uso *Isabel princesa* não pareceria estranho e seria uma expressão comum. O mesmo se passa com a expressão *Irmão Abel* (24), já que não se usa *Abel irmão*, *Jana irmã*, *Paulo sogro*, entre outros.

Em *Lei Áurea* se apresenta outro uso cristalizado, como os citados anteriormente; a sua formação é (S+A). Nada impede que se inverta a expressão, resultando em *áurea lei*; mas, nesse caso, a expressão estaria se referindo a uma lei qualquer da cor do ouro ou a uma adjetivação do substantivo ouro, e não uma lei específica, como ocorre com *Lei Áurea* documento em que se declara o fim da escravidão, instituindo a liberdade dos escravos.

(25) Infringe-se aos *direitos humanos* deste cidadão. (redação 3.349/2008: linha 13) – (S+A);

(26) [...] que abala a evolução dos *direitos civis* (redação 4.094/2008: linha 24) – (S+A);

(27) [...] o trabalhador está sujeito a supressão de *direitos básicos* [...]. (redação 4.398/2008: linhas 09-10) – (S+A);

(28) [...] esses trabalhadores semi-escravos tem poucas condições de lutar por seus *direitos legais* [...]. (redação 8.781/2008: linhas 19-20) – (S+A).

O que diferencia os recortes de (25) a (28) são os adjetivos que acompanham o substantivo *direitos*. Em *direitos humanos*, sabe-se que os *direitos* referidos se destinam às pessoas, aos seres humanos e não aos animais (para estes, seria empregada a expressão *direitos animais*). A expressão *direitos civis* esclarece que se está falando das pessoas em geral e que não são *militares*, como em “*pessoa física*” (não tem empresa) ou “*pessoa jurídica*” (que tem firma, CNPJ, entre outros). Já a expressão *direitos básicos* abrange os *direitos fundamentais*, *necessários* à sobrevivência. No recorte (28), *direitos legais* corresponde aos *direitos autênticos*, que estão *dentro da lei*, e não a *direitos engraçados*, *bons*, como se observa em “Tenho um *colega legal*”, que emprega o adjetivo em forma de destaque.

(29) [...] pela *dívida contraída* e impossível de saldar, [...]. (redação 4.202/2008: linha 18) – (S+A).

O item lexical *contraída* pode apresentar diferentes sentidos, mas, no enunciado acima, tem uma posição considerada obrigatória e carrega o significado de *assumida*, *adquirida*. Se *contraída* estivesse unida ao substantivo *barriga*, teria sentido de *encolhida*, *apertada*. Já “*menina contraída*” se reporta ao sentido de *tímida*, *acanhada*, *sem espontaneidade*. No que diz respeito aos usos livres sem alteração de sentido, pode-se destacar:

(30) [...] os jovens sem acesso a educação e *formação profissional* [...]. (redação 1067/2008: linhas 18) – (S+A);

(31) [...] a escravidão, principalmente em *países subdesenvolvidos*

continua sendo realizada [...]. (redação 2.046/2008: linhas 03-04) - (S+A);

(32) O *capítulo retrógrado* da civilização [...]. (redação 4.094/2008: linhas título) - (S+A);

(33) [...] pode-se afirmar que ainda estamos longe de eliminar essa *prática vergonhosa* de nosso território [...]. (redação 4.994/2008: linhas 24-25) - (S+A);

(34) [...] a escravidão hoje baseia-se em *ilusórias ofertas* de emprego [...]. (redação 9.009/2008: linha 03) - (A+S);

(35) [...] e a *inadequada alimentação* [...]. (redação 9.062/2008: linha 11) - (A+S);

(36) O abismo social que existe no Brasil é uma das *principais causas* do trabalho escravo [...]. (redação 3.349/2008: linhas 16-17) - (A+S);

(37) [...] o trabalho escravo era o *principal modo* de produção de economia [...]. (redação 4.202/2008: linhas 01-02) - (A+S);

(38) [...] e vendiam escravos com o *principal objetivo* de auferir lucros com esse comércio [...]. (redação 5.252/2008: linhas 11-12) - (A+S).

Observa-se que as expressões enunciativas de *formação profissional, países subdesenvolvidos, capítulo retrógrado, e prática vergonhosa* apresentam a formação (S+A), estando o adjetivo posposto. Essa formação é a mais corriqueira nas produções escritas, provavelmente devido ao caráter mais objetivo exigido pelo gênero textual produzido. Sabe-se que o gênero textual *dissertativo-argumentativo* precisa ser muito bem fundamentado e as afirmações devem ser fortemente sustentadas, e argumentadas, deixando claro ao leitor a posição tomada a respeito da temática desenvolvida.

Ao se inverter a posição (S+A) para (A+S) nos recortes sob análise, verifica-se que não há uma expressão explícita de alteração de sentido. A leitura das expressões ocorre naturalmente, deixando clara a expressividade enunciativa do

adjetivo no discurso. O que pode ocorrer, de um lado, é a estranheza da inversão em formações isoladas, e, de outro, a estranheza das expressões em dados contextos discursivos.

A reflexão aqui desenvolvida sobre a descrição do adjetivo no gênero textual *dissertativo-argumentativo* mostra a importância e a relevância dos estudos de Sales (2006), quanto à natureza semântica e à posição do adjetivo, que são elementos argumentativos dos quais o escritor faz uso em seus textos a depender de suas intenções comunicativas. A autora ainda menciona que é no circuito discursivo que o enunciador procura construir sua *credibilidade* a partir de uma linguagem direta e objetiva. Nesse circuito, o enunciador pode utilizar os recursos do adjetivo anteposto e ou posposto ao substantivo, dependendo do que a expressividade enunciativa requer, de modo a sustentar a representação semântica e a interpretação pragmática da utilização do adjetivo no enunciado utilizado pelo escritor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente descrição linguística, foi possível verificar, no decorrer da pesquisa, que a posição do adjetivo pode e é influenciada pelo contexto discursivo, pelas intenções do escritor e pelo sentido semântico do léxico. Isso é, caso o gênero textual desenvolvido tenha uma característica mais objetiva e intelectual, a predominância da ordem do adjetivo será a posposta, como demonstrou o gênero textual *dissertativo/argumentativo*. A intenção do escritor ao usar tal gênero textual é convencer e comprovar ao leitor a veracidade das informações apresentadas. Assim, para dar *credibilidade*, necessita valer-se de itens lexicais e de posições de palavras que vão ao encontro da posição discursiva tomada – predomínio da posposição no *corpus*. E, por fim, o aspecto semântico do léxico empregado vai demonstrar se há ou não a possibilidade de inversão da ordem com alteração de sentido no contexto discursivo em que está inserido o item lexical adjetivo.

Assim, demonstrou-se que existem posições livres com mudança de sentido: “homem *grande*” e “*grande* homem”, contudo, será o contexto que dirá se a expressão condiz ou não com o contexto textual, bem como se a expressão é possível de alteração sem que modifique a forma discursiva.

Em razão do acima afirmado, uma escolha linguisticamente inadequada quanto à posição do adjetivo pode comprometer os sentidos que se pretende dar à discursividade no texto. É o que ocorrerá, não por acaso, quando o usuário da língua, querendo expressar que “João é um homem importante, responsável e digno”, apresenta a descrição “João é um homem *grande*” – caso em que a posposição atribui ao adjetivo o sentido de *altura, grandeza material*, sentido não pretendido. Pode, pois, acontecer que determinada expressão pareça estranha e/ou ambígua, sem conexão, quando tomada isoladamente; no entanto, uma vez posta no contexto do enunciado, pode surgir fluentemente, sem ambiguidades interpretativas, semânticas e pragmáticas quanto à discursividade do enunciado proposto pelo indivíduo na produção textual.

REFERÊNCIAS

ARNAULD, A.; LANCELOT, C. *Gramática de Port-Royal*. [Tradução: Bruno Fregni Basseto e Henrique Graciano Muracho]. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BARROS, E. M. *Nova gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Atlas, 1985.

BASILIO, M. O fator semântico na flutuação substantivo/adjetivo em português. In: HEYE, J. (Org.). *Flores verbais: uma homenagem lingüística e literária para Eneida do Rego Monteiro Bomfim no seu 70º aniversário*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995, p. 177-192.

_____. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CALLOU, D. *et alii*. *A posição do adjetivo no sintagma nominal: duas perspectivas de análise*. 2002, p. 1-25. Disponível em: <http://

www.clul.ul.pt/equipafbarretoufrj_2002_nascimento_etal.pdf > . Acesso em: 4 ago. 2008.

_____; SERRA, C. A variação na ordem dos adjetivos nos últimos quatro séculos. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Orgs.). *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003a, p. 191-198.

_____. *Sobre a posição do adjetivo no sintagma nominal: séculos XIX e XX*. 2003b, p. 1-23. Disponível em: <http://www.clul.ul.pt/equipa/fbacelar/apl_2003_nascimento_callou_etal.pdf> . Acesso em: 4 ago. 2008.

CAMARA JR., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. 38. imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

DA SILVA, A. A ordem dos adjetivos em grupos nominais: uma questão sintático-semântica e discursiva. *Calidoscópio*, v. 6, n. 3, p. 134-141, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.unisinos.br/publicacoes-cientificas/imagens/stories/pdfs-calidoscopio/vol3n3/13_4a141-art02-silva.pdf> . Acesso em: 10 set. 2009.

FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3. ed. Curitiba, PR: Positivo, 2004.

MAINGUENEAU, D. *Classificação e não classificação*. Elementos de lingüística para o texto literário. [Tradução: Maria Augusta Bastos de Matos]. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MIRA MATEUS, M. H. *et alii. Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Livraria Almedina, 1983.

MULLER, A. L.; NEGRÃO, E. V.; NUNES-PEMBERTON, G. *Adjetivos no português do Brasil: predicados, argumentos ou qualificadores?*, 2009, p. 1-16. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dl/anamuller/pdf/ADETVOS%20no%20PB%20Gramatica%20do%20Port%20Fac%202003.pdf>> . Acesso em: 20 nov. 2009.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

PASCHOAL, S. Aspectos gramaticais no *Buch von der Deutschen Poeterey* (1624) de Martin Opitz (1597-1639). *Anais da 9ª Jornada de Estudos Linguísticos e Literários*. v. 9, n. 9, 2007, p. 143-150.

PAVANI, C. F.; KÖCHE, V. S. Redação de vestibular: um gênero discursivo heterogêneo. *Caderno Seminal Digital*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 111-130, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.dialogarts.uerj.br/arquivos/semi_naldigital2006.1.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2008.

PIMENTEL, C. *Redação descomplicada*. São Paulo: Saraiva, 2008.

RIBEIRO, S. B. C. *A expressividade enunciativa do adjetivo no gênero textual —redações de vestibular*. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguagem e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel, 2010.

SALES, S. *A ordem dos adjetivos no discurso midiático: séculos XIX e XX*. 2006, 202 fls. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – UFRJ, Faculdade de Letras. Rio de Janeiro, 2006. Mimeo.

UNIOESTE. *Prova de redação do Concurso Vestibular/2008*. Disponível em: <http://cac- php.unioeste.br/vestibular/index.php?option=com_content&task=view&id=99&Itemid=14>. Acesso em: 15. ago. 2009.

Recebido em: 25/02/2010.

Aprovado em: 18/04/2010.